

O TEMA “POLÍTICA” NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO DOCENTE

Valdelaine Mendes

RESUMO: Este estudo tem como propósito compreender qual o entendimento sobre política foi construído pelos professores ao longo de sua vida escolar e de seu cotidiano de trabalho e como essa compreensão se materializa no trabalho pedagógico. Foi realizado junto a um grupo de professores que frequentaram, durante dezoito meses, um curso de pós-graduação, em nível de especialização, em uma instituição pública federal de ensino. O estudo demonstrou que a maior parte dos professores não teve ao longo de sua formação escolar acesso a discussões sobre política e que também não trabalham com seus alunos temas dessa natureza, por não se sentirem preparados ou por entenderem que não cabe à escola esse tipo de debate.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Formação. Trabalho Docente. Escola.

INTRODUÇÃO

Pensar politicamente é alguma coisa que não se aprende fora da prática. Se o professor pensa que sua tarefa é ensinar o ABC e ignora a pessoa de seus estudantes e as condições em que vivem, obviamente não vai aprender a pensar politicamente ou talvez vá agir politicamente em termos conservadores, prendendo a sociedade aos laços do passado, ao subterrâneo da cultura e da economia. (Florestan Fernandes)

Qual projeto de educação defendemos? Essa é uma questão chave para qualquer avaliação do trabalho realizado na área educacional, pois indica quais caminhos pretendem ser trilhados na formação dos sujeitos. Se, pretendemos organizar a escola numa perspectiva, da disciplina, da hierarquização, da concorrência, bons resultados serão alcançados se, ao longo dos processos de formação, tivermos estudantes que se acomodam diante do que lhes é apresentado, sem esboçar resistência e questionamento ao que é proposto. Nessa perspectiva, são internalizados (MÉSZAROS, 2005) comportamentos alicerçados na subordinação e naturalizadas as relações de mando e submissão.

Se, em outro sentido, pretendemos uma formação escolar baseada na ampliação da participação em coletivos e no fortalecimento da autonomia, bons resultados serão alcançados se, ao longo do processo de formação, tivermos estudantes que reivindicam relações pautadas no respeito, na solidariedade e na tolerância em relação ao pensamento divergente e não na obediência que resulta da aceitação, sem maiores questionamentos, da hierarquia.

Estudantes que aprendem a dialogar diante da divergência ampliam seus pensamentos e seus argumentos. Nos últimos anos houve um acirramento das discussões sobre a relevância do debate sobre as questões políticas na formação dos estudantes brasileiros. Com uma polarização de posições, há grupos que defendem a relevância do debate sobre o tema nas instituições de ensino e outros que entendem que não cabe às escolas o fomento a esse tipo de reflexão. Essa não é uma discussão nova e acompanha os debates na área educacional há muito tempo. O debate sobre o caráter político do ato educativo e a neutralidade do trabalho pedagógico sempre estiveram presentes no campo educacional.

Este estudo tem como propósito compreender qual o entendimento sobre política foi construído pelos professores ao longo de sua vida escolar e de seu cotidiano de trabalho e como essa compreensão se materializa no trabalho pedagógico. O que pensam sobre o tema política, quais experiências de participação em organizações coletivas tiveram ao longo de sua formação escolar e como lidam com o tema política na escola serão os temas abordados neste artigo.

Foi realizado junto a um grupo de professores que frequentaram, durante dezoito meses, um curso de pós-graduação, em nível de especialização, em uma instituição pública federal de ensino. Participaram da pesquisa 45 professores, que se encontravam na fase de finalização do cumprimento dos créditos referentes as disciplinas previstas no programa do curso. Após uma explicitação dos propósitos do estudo foi entregue um questionário com sete questões abertas sobre o tema do estudo e sete questões referentes a formação escolar de cada docente. Todos consentiram em participar da pesquisa e assinaram um “termo de livre consentimento livre e esclarecido”

Os participantes¹ responderam o questionário no segundo semestre de 2018, em um momento de acirradas discussões no país sobre as eleições que ocorreram em outubro daquele ano. Trata-se de um estudo localizado em uma instituição de ensino, que não tem qualquer pretensão de generalização dos resultados alcançados. Como todo estudo que utiliza a abordagem qualitativa, caberá ao leitor às generalizações, a partir do que foi aqui descrito e analisado.

A ESSENCIALIDADE DA POLÍTICA NA FORMAÇÃO DE SUJEITOS

O ser humano se constitui como sujeito histórico a partir das circunstâncias culturais, econômicas, políticas que determinam o seu ser social. Constrói sua humanidade ao assimilar o legado de outras gerações e ao produzir outras formas de existência para transformar a realidade.

[...] a educação pode ser um agente transformador da sociedade. Ao mesmo tempo que a sociedade determina os processos educativos, também é dinamizada pelas ações “libertadoras” ou “transformadoras”. Tais ações serão tanto mais transformadoras quanto melhor articuladas estejam com outras ações provenientes de outras formas de organizações sociais (movimentos da sociedade civil, organizações de classes, partidos políticos etc.), constituindo desta forma uma conjuntura favorável às transformações à medida que as correlações de forças apontem para a mesma direção de mudança. (GAMBOA, 2015, p. 145-146)

A concepção de educação presente no senso comum e propagada em muitas ações governamentais restringe-se aquilo que é percebido como “mera passagem de informações e conhecimentos” (PARO, 2010, p. 99).

[...] se fosse somente passar informação, não necessitaríamos de instituições especializadas como as escolas. Informação, qualquer livro ou computador passa. Educação é o processo pelo qual os tornamos humano-históricos, pela apropriação da cultura. Mas cultura aqui precisa ser entendida em seu sentido mais rigoroso e abrangente, como o conjunto de valores, conhecimentos, crenças, tecnologia, arte, costumes, filosofia, ciência, tudo enfim que constitui a produção histórica do homem. É por meio dessa apropriação que cada um de nós constrói nossa própria personalidade humano-histórica e nos diferenciamos da mera natureza. E isso não se dá espontaneamente, naturalmente, mas como resultado de um complexo processo que precisa ser conhecido cientificamente, se quisermos proporcionar sua ocorrência. (PARO, 2010, p. 99)

Os diálogos, as relações e as regras são componentes dentro de uma instituição que forjam a formação do educando e o formam para a inserção na vida social. Exercitar a crítica, o questionamento, a dúvida, a inconformidade e o conflito de ideias durante a vida escolar é essencial, se almejamos uma inserção social de pessoas que não se conformam com uma sociedade tão injusta e desigual. Uma formação em que se aprende que a existência não é determinada pelo

¹ Para evitar qualquer tipo de identificação foram utilizados nomes fictícios no estudo.

esforço individual ou pelo mérito, mas pela nossa condição de existência em determinada circunstância histórica.

O arrefecimento dentro do congresso nacional do projeto de lei da “Escola sem Partido” não representou a retirada da pauta de discussão dos grupos conservadores os fundamentos dessa proposta.

[...] sob a desculpa de combater a propaganda política na sala de aula, ele na verdade pretende erradicar a dimensão educacional da escola. [...] Para o movimento, os professores não são educadores, mas burocratas que devem transmitir conteúdos definidos por lei, sem mobilizar valores e sem falar da realidade na qual a escola está inerida. (PENNA, 2018, p. 110)

Discursos e medidas adotadas pelo governo federal, mesmo sem mencionar o referido projeto de lei, são implementados e defendidos com propósitos muito similares. Entre estas é possível citar as propostas de expansão da militarização das escolas e o incentivo a adoção do *homescholling*.

Uma concepção simplista, precária e superficial de educação aliada ao discurso de que apenas a família educa e de que os professores devem ser meros transmissores de conteúdos, definidos em lei, serve muito bem a lógica do capital e permite ao mercado adentrar as escolas sem maiores impedimentos. Trata-se de uma defesa da simplificação dos processos de formação destinados à maior parte da população que frequenta a escola.

Com ênfase no “básico” das “disciplinas básicas” e sua avaliação em testes padronizados, desenvolve-se um discurso técnico científico de legitimação que tem forte aceitação no senso comum (e na mídia) e cria uma pressão sobre as redes de ensino que, [...] acaba por demandar a adoção da política da reforma empresarial pelos governos. (FREITAS, 2018, p. 85)

Em comum, esses projetos têm a ideia de que o trabalho na área educacional deve ser desprovido de conteúdo ideológico, ou seja, os valores devem ser ignorados. Ocorre que ao defender uma formação técnica, nesses modelos, esses grupos não estão defendendo uma educação desprovida de valores, pelo contrário, a defesa de uma formação no lar ou militar está alicerçada em um projeto conservador de manutenção do *status quo*.

A dimensão educacional da escola, de possibilidade de apropriação daquilo que a humanidade produziu por cada um, se concretiza em todos os espaços: nos laboratórios, no pátio, na sala de aula, no refeitório, nas salas administrativas. A dimensão política do exercício docente está presente em todo o trabalho pedagógico escolar. Ignorar ou negar essa dimensão significa assumir a postura de que é possível realizar um trabalho no âmbito da formação desprovido de qualquer intencionalidade e descolado de uma visão de mundo, de sociedade, de ser humano.

Esse debate sobre neutralidade ética implica a ideia de uma responsabilidade intelectual. Isto é, ela é o caminho pelo qual o especialista, saindo da escola normal ou da universidade, norteia-se em termos de uma relação de responsabilidade com a sociedade, isto é com a ordem. Ele não é colocado numa situação de tensão, mas de acomodação. (FERNANDES, 2019, p. 70)

Dialogar com os trabalhadores em educação para entender o que pensam e como lidam com o tema política é fundamental em um momento em que o discurso da despolitização da

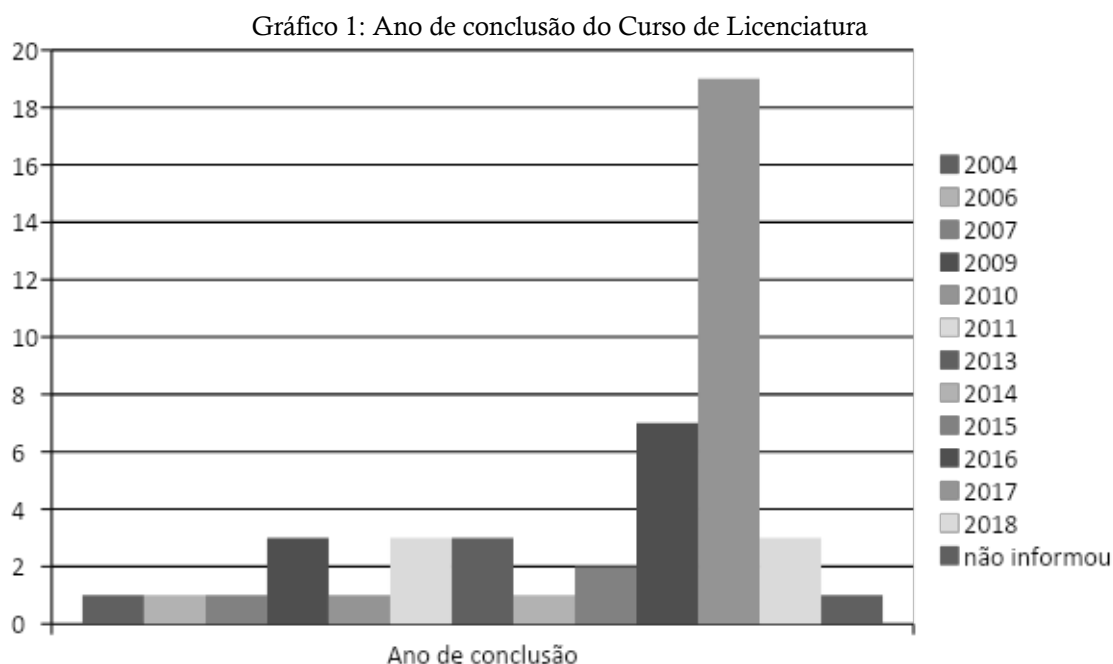
educação ganha força na sociedade. É fundamental para avaliar o grau de adesão desses sujeitos a esse tipo de projeto.

A década de 1980 foi marcada, no Brasil, pela intensa mobilização da sociedade pela democratização no país. Movimentos sociais, organizações sindicais e acadêmicas, entidades estudantis faziam coro ao clamar pela possibilidade de ampliar a participação política no Brasil. As instituições educacionais, que em todos os níveis, estavam cerceadas das discussões políticas, por conta do regime militar, e que tinham a restrita e controlada possibilidade de realizar qualquer análise política fundamentalmente nas disciplinas de Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB)², têm com o fim do regime militar a chance de promover debates, discussões e estudos que promovam a livre manifestação de ideias, pensamentos e posições.

O espaço para a crítica, o questionamento, o inconformismo e o conflito de ideias ganha força dentro das instituições de ensino, agora sem o receio dos ranços advindos de governos autoritários. O excesso de disciplina, a padronização de comportamento e atitudes, a obediência a sujeitos por ocuparem determinadas posições, a hierarquia da organização das instituições educacionais cede lugar a espaços e movimentos, cada vez mais, organizados em prol da democratização da gestão e do ensino.

OS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Dos 45 participantes do estudo, 29 declararam pertencer ao sexo feminino, 15 ao sexo masculino e 1 não informou. Com relação a faixa etária, 2 nasceram na década de 1960, 6 na década de 1970, 11 na década de 1980, 23 na década de 1990 e 1 não informou. A maior parte dos professores tinha, então, menos de 40 anos quando participou da pesquisa. A conclusão do curso de graduação ocorreu, para a maior parte dos participantes, na segunda década do século XXI, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:



Fonte: Dados da pesquisa.

² Tais discussões deveriam servir para exaltar os símbolos nacionais e cultivar uma imagem de um país promissor, de uma nação forte e de um povo ordeiro e feliz. Outras disciplinas como História, Filosofia, Sociologia, Geografia também sofreram acirrado controle de seus conteúdos.

Somente no ano 2017, 19 professores concluíram a graduação. Somados os professores que concluíram o curso na segunda década do século XXI tem-se 38 professores. Isto significa que, neste estudo, todos os participantes tiveram formação em nível superior, em cursos já organizados a partir das determinações da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1996. Como, pouco mais da metade nasceu na década de 1990, significa que frequentou também o ensino fundamental e médio sob essas orientações legais.

Com relação ao tipo de instituição onde o curso de graduação foi realizado, há um equilíbrio entre oriundos do setor público e do privado, 22 professores concluíram o curso em universidades federais e 20 concluíram em instituições privadas (16 em faculdades e 4 em universidades). Não surpreende que quase metade tenha concluído o curso em instituições privadas, em um passado próximo, pois há no Brasil uma proliferação de cursos, em nível superior³, ofertados por instituições privadas desde os anos 1990. A instituição onde foi realizado o estudo está em uma região do estado do Rio Grande do Sul, em que há duas universidades federais separadas por uma distância de aproximadamente 60 km, o que poderia resultar em uma prevalência absoluta de docentes formados em instituições públicas. Entretanto, nessa região há inúmeros cursos ofertados por instituições privadas, tanto presenciais quanto a distância.

O curso realizado, em nível de graduação, pela maior parte dos professores foi Licenciatura em Educação Física (cerca de 90% dos participantes), seguida de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Artes. Na educação básica há uma prevalência da frequência a instituições públicas de ensino dos participantes da pesquisa. O nível fundamental foi realizado por 40 professores na escola pública e por 5 na privada. Já o ensino médio foi cursado por 38 docentes na escola pública e por 7 na privada. O predomínio da frequência à escola pública é um dado importante para este estudo, pois indica que esses professores tiveram a formação escolar em locais que deveriam ter a gestão democrática, como princípio da organização do trabalho escolar, conforme determina a LDB, 1996.

Com isto pressupõe-se que estes educadores tiveram a oportunidade de participar da escolha das equipes diretivas, de discutir os projetos político-pedagógicos, de atuar em grêmios estudantis, de acompanhar a aplicação dos recursos recebidos pela instituição escolar, entre tantas outras possibilidades de acompanhamento do funcionamento de uma escola pública. Tais experiências permitem ao estudante, desde muito cedo, aprender sobre a organização de uma instituição pública e entender que o envolvimento de cada integrante da comunidade escolar, na construção e no acompanhamento do que ocorre na instituição, permite o aprimoramento do que é feito para aquela coletividade.

Por outro lado, todo esse envolvimento desde os primeiros anos da vida escolar, possibilita ao sujeito entender que as instituições públicas pertencem ao conjunto da sociedade e não àqueles que ocupam as funções de direção. Esse sentimento de pertencimento em relação a coisa pública poderá ser fomentado na escola, com a promoção de experiências que favoreçam a participação dos estudantes e das famílias na condução do trabalho educacional. Favorecer e fomentar esse entendimento durante a vida escolar é essencial à formação de estudantes para

3 A proliferação no setor privado ocorre majoritariamente na categoria administrativa “Faculdades” e não na categoria “Universidades”. Esses dados podem ser encontrados nos Censos produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos Anísio Teixeira (Inep), disponível em: www.inep.gov.br.

que não assumam uma postura passiva como meros receptores ou consumidores das decisões tomadas pelos ocupantes dessas funções.

Eu defendo a formação para a cidadania democrática, para formar cidadãos críticos, que questionam; uma escola em que os professores assumem a responsabilidade de não apenas ensinar a matéria, mas ensinar a pensar, a fazer escolhas, a julgar. Tudo isso significa um lado que você escolhe. (BENEVIDES, 2018, p. 110)

Outro princípio da LDB que deve balizar a organização escolar, desde 1996, é o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Este estudo ganha importância por ser realizado em um momento de crescimento no país da defesa de uma pretensa neutralidade no trabalho escolar que se efetiva, especialmente, nos projetos da já mencionada, escola sem partido. Há, na realidade, uma tentativa de retirar do espaço escolar qualquer tipo de discussão que represente uma ruptura com modelos tradicionais de organização da sociedade. Isto é, há um claro posicionamento ideológico nessa premissa. É um momento em que circulam, nos diferentes meios de comunicação (especialmente nas mídias digitais), ataques aos trabalhadores em educação que promovam, favoreçam ou fomentem discussões sobre temas vistos como inadequados o meio escolar.

Então, costumo dizer que sou contra a escola sem partido porque defendo a escola plural, de vários partidos, de vários modos de pensamento, que prepare o aluno a aprender a pensar sem aderir instantaneamente a tudo, e aprender a pensar também sobre tudo o que diz respeito ao acesso ao conhecimento, às novas tecnologias de informação e comunicação, e ser um cidadão participante. Ou seja, desde cedo participar não só das atividades formais da escola, como festas, datas específicas, manifestações culturais, mas também participar de grupos artísticos, grupos de discussão, de centros acadêmicos, e tenho visto muito isso nas escolas que visito. É essa educação para a cidadania que vai preparar a criança, e depois o adolescente, a participar no futuro mais ativamente da política, nas eleições e nos processos decisórios da sociedade. Por outro lado, é importantíssima a formação em direitos humanos, nos valores que fundamentam esses direitos, como a liberdade e a solidariedade. (BENEVIDES, 2018, p. 111)

Este artigo ao problematizar a percepção sobre política de professores pretende contribuir nas reflexões sobre a imprescindível presença do debate sobre o tema nas unidades escolares.

Por fim, nesta apresentação dos sujeitos participantes do estudo, foi possível constatar que, paralelamente a realização do curso de especialização, os professores atuam em locais diversos, conforme pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 1: Local de trabalho dos participantes da pesquisa

Local de trabalho	Número de professores
Rede pública (federal, estadual, municipal)	16
Rede privada	11
Academia	4
Outros locais	13
Não trabalha	5
Não informou	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Vários professores trabalham em mais de um local. Essa é uma realidade que não surpreende, já que o exercício docente na educação básica no país é recorrentemente realizado em mais de um local pelos professores. Neste estudo foi possível observar que alguns docentes

buscam ampliar a sua renda e combinam a atuação na escola com o trabalho em outros locais como academias e comércio.

A POLÍTICA NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS PROFESSORES

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988, a frequência escolar é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade. Isso significa que todos os cidadãos brasileiros, desde a Emenda Constitucional (EC) 59, deverão frequentar a escola por pelo menos quatorze anos, portanto, estarão nessa instituição em fases importantes da formação de suas personalidades e carregarão essas experiências para toda a sua existência.

Na escola terão o acesso a conteúdos, saberes, valores, técnicas e conhecimentos produzidos pela humanidade, transmitidos, elaborados e reelaborados a cada geração. O contato com todo esse repertório cultural permite ao sujeito o encontro com algo que possa ser novo para ele, mas também a revisão de apropriações obtidas em outros grupos de convívio, como a família, a comunidade, a igreja.

A maior parte dos entrevistados nasceu após a década de 1980, ou seja, frequentou a escola já no período de abertura democrática. A maior parte também frequentou a escola pública, cuja gestão democrática foi prevista já na CF 1988. Entretanto, as lembranças de participação em discussões sobre questões políticas e os registros de envolvimento em organizações coletivas são escassas. Esses dados são ainda mais impressionantes quando se observa a frequência na educação básica, já que há mais lembranças de experiências dessa natureza no ensino superior. Evidentemente, não se pode afirmar aqui que a não menção a esse tipo de ação, por parte dos participantes da pesquisa, signifique que as escolas, por eles frequentadas, não tenham promovido discussões e atividades com foco nas questões políticas. Entretanto, não se pode desprezar a ausência de memória desse tipo de atividade por parte dos professores.

Do ponto de vista do trabalho docente esse tipo de análise é extremamente relevante e não se configura como mera lembrança das experiências pregressas dos professores, mas como elemento formador da práxis pedagógica.

Em uma pesquisa com foco na reprovação escolar Vitor Paro constata que docentes de uma escola da rede municipal de São Paulo, mesmo em um sistema organizado em ciclos, com promoção automática, permaneciam defendendo o mecanismo da reprovação como elemento da organização escolar. Uma das explicações lançadas pelo autor para justificar a “defesa” da reprovação, por parte dos professores, foi o tipo de experiência que tiveram na escola. Por terem, durante período importante de formação da personalidade, experimentado a reprovação como constituidora do trabalho escolar, a tinham como natural e imprescindível na formação escolar.

[...] a apropriação crítica do real crítica do real é condição necessária para uma superação das condutas e práticas autoritárias de professores e demais educadores na escola. Mas não podemos ignorar que tais condutas foram forjadas desde os primeiros tempos de vida e ostentam toda a força de permanência da socialização primária. Por isso, o processo de tomada de consciência com vistas à transformação do real, é preciso mais do que simples componentes discursivos, por mais críticos que sejam. Se isso bastasse, poderíamos nos contentar com a apropriação das teorias pedagógicas mais avançadas, que são unânimes em condenar a negação do sujeito no processo educativo, e aplica-las nos cursos de formação ou nos programas de treinamento de educadores (PARO, 2001, p. 77).

Quando questionados sobre a participação em discussões sobre política ao longo da formação escolar, 25 professores lembravam-se de alguma discussão sobre o tema e 20 informaram não ter essa recordação. Entre os que lembravam, 11 tiveram esse tipo de discussão somente no curso de graduação em nível superior, 9 na educação básica e 5 nos dois níveis: educação básica e ensino superior. Isto significa que dos 45 participantes do estudo, apenas 14 recordavam de algum tipo de participação.

Essas experiências, ainda que enriquecedoras da formação, ocorreram em conversas informais e tiveram pouca profundidade para a maior parte dos docentes e, não raras vezes, aconteceram próximo de um período eleitoral, da implementação de uma política educacional mais polêmica ou da necessidade de mudanças no interior da instituição educacional. Não faziam, dessa forma, parte do cotidiano escolar. Para a professora Rita, que lembrou ter essa experiência no ensino médio, “foi enriquecedora, tratamos principalmente sobre política educacional, houve reuniões e assembleias com a equipe diretiva, professores e alunos com o objetivo de esclarecer mudanças que estavam ocorrendo”. A professora Regina também lembrou que teve esse tipo de experiência no ensino médio, “na disciplina de Sociologia ocorreram algumas discussões sobre esse tema”. E classificou como uma experiência muito produtiva, “fazendo pensar sobre a situação em que nos encontrávamos naquela época”.

Entre aqueles que tiveram acesso às discussões, fica evidente a fragmentação, a dispersão, a superficialidade e a escassez das discussões. Para a professora Rosa, “algumas discussões sobre políticas educacionais, enquanto aluna do ensino superior, nada tão amplo, pelo fato da carga horária da faculdade, então acabou sendo mais ‘resumido’, digamos assim. Sinceramente não me recordo de muitas coisas para poder aprofundar minha experiência”.

Saber dos professores sobre suas experiências com política durante a frequência a escola, em especial no ensino fundamental, tem um significado importante. Por ser um momento determinante para a formação do indivíduo, os processos de socialização vividos na infância, permitirão a interiorização de regras, costumes, valores que permitirão ao sujeito formar uma visão de mundo. Essas primeiras interpretações da realidade serão relevantes na formação do caráter do indivíduo. Como assinalado por Paro (2001), tais interpretações poderão ser revistas e refutadas ao longo da vida, a partir de uma apropriação crítica do real e da percepção de que determinados comportamentos e atitudes acabam por negar a condição de sujeito do indivíduo.

Ao perguntar aos professores sobre suas experiências na vida escolar, estamos recuperando aquilo que foi vivenciado por eles nas instituições educacionais. Não foi propósito deste estudo investigar as trajetórias de vida dos docentes, mas os dados produzidos pelos participantes nos permitiram refletir sobre a correlação entre as escassas experiências de discussão e envolvimento político durante a vida escolar e o trabalho com o tema na condição de professores.

Nunca deixou de estar presente na história da educação brasileira a perspectiva de um professor como mero instrutor. Trata-se de uma compreensão muito restrita do trabalho docente alicerçada no receio de resgatar que outros valores e princípios diferentes daqueles cultivados na família tradicional e dentro de um determinado modo de produção possam ser apresentadas aos alunos. Transformar o espaço pedagógico em um ambiente propício ao debate, à crítica, à divergência não está no horizonte dessa linha de pensamento.

a escola é um lugar que, necessariamente, deve ir além da instrução (e jamais negarei a importância do acesso ao conhecimento e à cultura nas suas múltiplas formas, ao avanço

tecnológico, tudo isso é um direito, inclusive dos mais pobres, que é com isso que terão condições de avançar e diminuir a desigualdade; todos, no mundo inteiro, reconhecem esse papel da educação no campo da instrução). Um outro lado dessa educação, que também é reconhecido por todos os países democráticos do mundo, é que a escola é um lugar de formação da cidadania. (BENEVIDES, 2018, p. 110)

Para responder se tiveram ou não oportunidade de participar de discussões sobre política, alguns trouxeram a questão da polêmica e da divergência para adjetivar o interesse ou o desinteresse. Para a professora Joana, nas oportunidades, durante a graduação: “nem todas as experiências são boas, porque dependendo da forma como for abordada gera discussões”. Já o professor Julio, que integra o grupo dos 20 participantes do estudo que não tiveram nenhuma possibilidade, ao longo da vida escolar, citou “nunca me envolvi, pois nunca fui muito interessado sobre política”.

Sobre a participação em alguma organização estudantil, 35 professores afirmaram nunca ter envolvimento com Grêmios Estudantis, Diretório Acadêmico ou outro tipo de entidade. Ao responder, apenas uma professora demonstrou valorizar esses espaços, mesmo sem tê-los ocupados: “não participei, mas acho importante o grêmio estudantil, a organização política dos alunos, com criação de chapas e propostas” (Professora Lívia) e outra mencionou: “não lembro de ter essas organizações nas escolas que estudei” (Professora Mila).

Os 10 que tiveram presentes em alguma organização revelaram inserção nos seguintes locais:

Tabela 2- Participação em organização coletiva

Organização	Número de professores
Chapa de Grêmios Estudantis	03
Diretório Acadêmico	03
Associação Atlética	01
Líder de turma	01
Representante dos PIBIDIANOS	01
Uma organização (sem explicitar qual)	01

Fonte: Dados da pesquisa.

Para o professor Joel, “no ensino fundamental participei de uma chapa para grêmios estudantis. Para mim foi interessante, pois comecei a entender melhor como funciona uma escola, a ouvir opinião do outro, a respeitar aquele que pensa diferente”. O professor Rui registrou que participou do diretório acadêmico e da coordenação regional dos estudantes de educação física. Para ele a participação nesses espaços foi importante, tanto pela experiência na organização de eventos quanto pela possibilidade de conhecer e interagir com pessoas da área de diversos lugares do Brasil. A professora Mara, que participou de Grêmios Estudantis, mencionou: “foi relevante, pois além de expor as minhas ideias também era necessário ouvir e entender a dos outros”. A professora identificou a relevância de participar do grêmios estudantis pela “possibilidade de, principalmente, lutar por meus direitos e pelo direito dos outros e de argumentar em prol de um bem comum”.

Na formação escolar dos professores participantes desta pesquisa são escassas as lembranças de discussões sobre política, bem como são poucas as experiências de envolvimento em organizações coletivas como os grêmios estudantis. Embora a maioria tenha frequentado escolas

públicas na educação básica, não houve menção aos movimentos de greve e ao impacto das reivindicações coletivas dos trabalhadores em educação na sua formação. Uma postura mais questionadora e inconformada de grupos de trabalhadores, com relação a condução dos processos educacionais, no interior das instituições por onde passaram, parece não ter despertado nos participantes deste estudo, algum sentimento positivo ou negativo em relação a essa atitude.

A RELAÇÃO PESSOAL COM O TEMA POLÍTICA

Política é que nem futebol e religião: não se discute.

Esse dito popular, tão presente nas rodas de conversas pelo país, é revelador de uma noção de política como algo de foro íntimo e privado em que, portanto, não cabe discussão. Esse equivocado entendimento de política, na medida em que vai sendo nutrido e passado de geração em geração, reforça uma compreensão de que as escolhas políticas são privadas e seus desdobramentos ficam circunscritos à esfera individual. Por outro lado, reforça a percepção de que as decisões sobre temas de interesse mais amplo da sociedade são de responsabilidade daqueles que foram eleitos para representar os interesses da população.

Essa limitada noção de democracia pode ter relação com os escassos canais de participação política à disposição dos cidadãos para entender, opinar e interferir no funcionamento da coisa pública.

[...] na formação política do brasileiro, o envolvimento e a participação nas decisões políticas são escassos. Os atos de acompanhar o processo eleitoral e de votar em dia de eleição são, para muitos, as únicas oportunidades de participação mais organizada na vida política. São, evidentemente, conquistas importantes da sociedade, mas limitadas do ponto de vista de uma formação política para uma intervenção mais qualificada na vida social. (MENDES, 2018, p. 4)

A vida humana está envolta permanentemente por decisões políticas. As condições de existência da humanidade são fruto das escolhas feitas em cada período histórico e a cada geração. Aos professores participantes deste estudo foi perguntado se gostavam de política. A realização desta questão teve como propósito perceber qual era a relação que cada docente tem com o tema. A maior parte afirmou não gostar, conforme pode ser visto na tabela 3.

Tabela 3 - Opinião sobre política

Gosta de política	Respondentes
Não	21
Sim	16
Dependendo sim	03
Mais ou menos	03
Não tem opinião formada	01
Não respondeu	01

Fonte: Dados da pesquisa.

Não gostar de política foi associado, pela maior parte dos docentes, aos atritos desencadeados nos grupos de convivência, que produzem brigas, discussões e afastamentos. O entendimento de que a política volta-se apenas para a satisfação dos interesses particulares e da busca de acordos, também foi frequentemente mencionada. O pouco conhecimento sobre o assunto, a desilusão com a política nacional e a percepção de que é um assunto pesado e maçante também

apareceram. Para o professor Carlos, “acho que têm pessoas que só estudam esse assunto, por isso sabem se expressar e talvez tenham uma opinião mais bem formada”.

Entre os que não gostam, seis mencionaram não gostar, mas achar importante o assunto. A professora Ana escreveu: “não gosto muito, mas acho essencial se fazer parte dela para entendermos sobre as mudanças que ocorrem no cotidiano”.

Entre os que indicaram gostar de política, o melhor conhecimento da sociedade, das leis, das políticas e dos governos foram as justificativas mais apresentadas, seguidas da importância da política para reivindicar direitos e melhorar o diálogo, tornando-se mais crítico e mais tolerante às diferenças. Dois professores revelaram que foram gostar de política apenas após o ingresso na universidade, quando tiveram a possibilidade de um melhor entendimento sobre o tema. E a professora que disse não ter opinião formada, justificou que não teve a oportunidade de discutir na vida escolar.

Nas declarações dos participantes deste estudo é frágil o entendimento do tema política como uma coisa pública, sendo predominantemente concebido como uma questão privada. Quanto menor o interesse do cidadão a política maiores serão as possibilidades de alguns usarem o Estado para o atendimento de seus interesses particulares. Isso tem a ver com os processos eleitorais e com a definição daqueles que exercem funções no executivo e no legislativo, na lógica de funcionamento das democracias representativas, mas vai muito, além disso, pensar a participação política tem a ver com um exercício permanente de diálogo e de vigilância sobre as decisões que são tomadas e que afetam a existência do conjunto da sociedade. Para que prevaleçam os interesses coletivos é necessário haver uma população vigilante, conhecedora de seus direitos, interessadas as decisões que diariamente afetam a vida de todos.

Pode ser que essas discussões tenham ocorrido ou tenham sido proporcionadas pelas instituições educacionais, mas não foram assimiladas pelos participantes da pesquisa ou não despertaram seu interesse na condição de estudantes. Afinal quem estudou em instituições públicas, pelo menos, participou direta ou indiretamente de processos decisórios para escolha de equipes diretivas, nas últimas três décadas.

Quando questionados se gostavam de conversar sobre política, 21 professores responderam sim, 16 responderam não, 6 disseram que mais ou menos e 2 não responderam. É relevante perceber que mesmo professores que afirmaram não gostar de política, declaram gostar de conversar sobre política, o que do ponto de vista do trabalho pedagógico é positivo, na medida em que demonstra disposição dos docentes para dialogar sobre o tema. Para justificar o gosto por conversar sobre política os professores usaram argumentos como a ampliação de conhecimentos e de argumentos; o exercício da concórdia e da discórdia, exposição de diferentes pontos de vista. Como afirma a professora Mara, “acho importante discutir porque a opinião dos outros, às vezes, pode ser diferente fazendo que eu possa repensar e avaliar a minha postura. Além disso, cada um tem um ponto de vista, talvez a partir de uma conversa eu veja outro lado que antes não via”.

Para justificar o pouco gosto pela conversa sobre política a maior parte usou o argumento de que as pessoas não sabem ouvir e não chegam a um consenso, o que gera discórdia e briga. A percepção de que esse tipo de conversa tem uma inspiração ideológica e o não entendimento de política também foram usados como argumentos.

Vale ainda registrar que cinco professores disseram que gostam de conversar sobre política com pessoas com opinião semelhante a sua ou que respeitam a sua opinião, pois ao contrário não há avanço na discussão. Para a professora Vera, “prefiro não me manifestar publicamente sobre minhas escolhas, principalmente em âmbito municipal, pois moro em cidade pequena e seguidamente as pessoas sofrem ‘perseguição’ em função de suas posturas”.

O TEMA POLÍTICA NA AGENDA DE TRABALHO

A importância de estudar e discutir política nas escolas de educação básica foi o aspecto que obteve maior consenso entre os participantes da pesquisa. Dos 45 participantes, 38 mencionaram achar importante esse estudo e esse debate, 3 não acham importante, 2 não tem certeza e 2 não responderam. Esse dado revela que, mesmo entre aqueles que não gostam de política ou de conversas sobre política, há o entendimento e a clareza sobre a relevância desse tema na formação escolar. Para o professor Renato, “por mais que eu não goste de discutir o tema, entendo que ele é importante para a formação de um aluno reflexivo”. Favorecer o pensamento crítico, debater opiniões diversas, abrir novos horizontes de interpretação e compreensão da realidade foram os argumentos mais utilizados pelos professores.

Para o professor Valério, “penso que os professores devam instigar os alunos a serem críticos e buscarem seu próprio posicionamento político, mas não concordo com professores que abusam de sua autoridade para tentar ‘convencer’ os alunos a terem a sua mesma visão de política”. Para o professor Cícero, “sim, é importante, no entanto evito, por acreditar que posso influenciar decisões sobre o tema”. Para o professor Osmar, “me criei numa escola onde não poderia se falar de política, como se a gente fosse se opor a algum candidato. Acho necessária a discussão porque mal sabia nessa época que estudei que política não é apenas debater candidato A ou X e sim política de um modo geral, leis, direitos, até onde podemos ir”.

Vários docentes demonstraram preocupação com essa influência sobre os estudantes, como se isso ocorresse, fundamentalmente, em debates sobre questões políticas. Ocorre que essa influência pode acontecer durante todo o processo pedagógico. Na postura assumida pelo professor, na sua capacidade de diálogo, na forma de condução do trabalho com a turma estão presentes elementos que são essenciais à formação política dos estudantes.

Para a professora Rita, “é importante discutir, sempre que possível, para que as pessoas se tornem sujeitos críticos, com capacidade de argumentar, se posicionar, refletir sobre diferentes realidades”. O professor Carlos disse que se essas discussões ocorressem com mais frequência nas escolas o assunto seria tratado com mais naturalidade, “algo mais normal para as pessoas”.

O professor Rui acha “importante, porém é difícil quebrar o preconceito dos pais e jovens a respeito do assunto. Deve ser feito de forma o mais imparcial possível, apresentando os diferentes tipos de política. Também, de forma a demonstrar que independente de gostarmos ou não a política está presente em todas as áreas de nossas vidas”.

Quando questionados se se sentiam preparados para dialogar sobre política com estudantes da educação básica, 28 professores disseram que não se sentem preparados, 7 parcialmente preparados, 9 preparados e 1 não respondeu. Os argumentos usados para justificar a sensação de não preparação foram: primeiro, a falta de formação específica para trabalhar com o tema; segundo, o pouco gosto pelo assunto; terceiro, a indignação com o contexto político nacional. Entre os que se sentem preparados foi mencionada a importância da consideração das opiniões

divergentes e a relevância do trabalho com conceitos básicos de política. Uma professora afirmou que se sentia preparada, mas não faria o trabalho com o tema, por entender que não cabe à escola realizar esse trabalho.

Anteriormente, 38 dos 45 professores participantes do estudo, declararam que achavam importante discutir política na escola, entretanto, agora 28 declararam não se sentir preparados para esse debate. Para a professora Rosa, “não me considero uma pessoa com real entendimento sobre política, me refiro ao momento atual. Falar sobre política requer muito cuidado e certo aprofundamento, que atualmente não possuo”. Para o professor Valério “não me sinto preparado, pois acredito que para isso precisaria saber expor ideias de todos os tipos de visão política e eu não tenho tal conhecimento”.

Em uma pesquisa com estudantes de graduação, MENDES (2018), constatou que o domínio sobre determinados temas é um requisito fundamental para inserção em um debate. O referido estudo revelou, da mesma forma como foi aqui mencionado pelo professor Valério, que a falta de conhecimento constitui um fator limitador da participação de estudantes em debates.

Para não ser facilmente convencido sobre algo e para exercer a autonomia do pensamento, é imprescindível ter certo grau de domínio sobre um tema. As respostas dos estudantes são reveladoras de que não basta haver o interesse pelas questões políticas, é preciso estar em condição de apresentar argumentos que propiciem o diálogo e a troca de ideias. E é justamente essa dificuldade que apareceu como limitadora da participação dos estudantes. Lacuna que poderia ser suprida com oportunidades permanentes de participação em espaços coletivos durante a vida escolar que conferissem segurança e independência para dialogar sobre esses temas. (MENDES, 2018, p. 6)

Ao responderem se há espaço para as discussões sobre política nas suas aulas, 36 professores responderam que sim e 5 disseram não. Ainda apareceram, em pequeno número, respostas como: não sei, nunca pensei, talvez. Três docentes, responderam que há espaço nas suas aulas para esse tipo de discussão, mas acreditam que não há necessidade. Duas professoras argumentaram que é um espaço democrático, portanto, qualquer debate pode ser realizado.

Para a professora Vivian não há esse tipo de espaço, “penso que não, eu trabalho em uma instituição privada, não nos permite discutir sobre política com os alunos”. O argumento apresentado pela professora sugere que nas instituições privadas não deva ser fomentado qualquer debate sobre política. Como já mencionado, no início deste texto, a gestão democrática da educação é um princípio constitucional, porém a obrigatoriedade do seu cumprimento recai apenas sobre as instituições públicas. Nas instituições privadas as equipes diretivas, por exemplo, não precisam ser escolhidas pela comunidade. Essas instituições também não precisam contar com conselhos que fiscalizam o uso dos recursos, nos mesmos moldes dos conselhos escolares, nas escolas públicas.

Esses espaços, de discussão sobre a organização das instituições escolares, nas instituições privadas, são reservados a pequenos grupos que controlam o uso dos recursos e definem a forma de funcionamento da escola. Ainda que os membros da comunidade escolar (famílias, estudantes, professores e técnicos) possam sugerir mudanças e reivindicar alterações no funcionamento das escolas, esse tipo de ação é bastante limitada, conforme é percebido pela professora Vivian, que nem cogita a realização de determinadas discussões com seus estudantes.

Esse olhar para o sistema privado, do ponto de vista da formação dos estudantes, é extremamente importante, pois revela o quanto, nesse sistema, a pluralidade de ideias, assegurada constitucionalmente, pode ser comprometida, na medida em que toda a condução das ações em uma instituição educacional fica a cargo dos valores e princípios de um proprietário, seja ele individual ou coletivo (caso das instituições educacionais religiosas, filantrópicas e comunitárias e aquelas formadas por acionistas).

Para a professora Vera, “não me sinto preparada, pois sei que perante a turma não posso explicitar em minha opinião, por isso considero muito difícil”. Nesta fala aparece uma ideia de neutralidade no trabalho pedagógico, como se toda a condução do trabalho docente e forma de inserção o contexto escolar não fosse carregada dos princípios e valores que direcionam o trabalho do professor.

Como a maior parte dos participantes da pesquisa tinha formação inicial em Licenciatura em Educação Física e atuava na escola com esse componente curricular, apareceram em várias respostas, aos questionamentos apresentados, elementos que relacionavam a especificidade do trabalho realizado na Educação Física com as questões políticas. Serão a seguir analisados alguns aspectos que se sobressaíram na pesquisa sobre essa relação.

A especificidade do trabalho realizado na Educação Física em que estudantes, normalmente, estão dispostos em quadras, pátios, ginásios permite um tipo de interação diferente entre professores e estudantes, o que favorece a aproximação e o diálogo sobre temas, que nem sempre são mencionados na sala de aula. As características dos conteúdos trabalhados na disciplina também foram assinaladas como impulsionadores de discussões. Para o professor Alan: “com certeza, por exemplo, a Capoeira, uma luta conteúdo da Educação Física, que naturalmente representa a camada da sociedade, muitas vezes, esquecida pelas políticas públicas, acho uma aula interessante para falar”. Na mesma perspectiva manifestou-se o professor Rui, “com certeza, pois são diversas as manifestações sociais como jogos, esportes e diferentes tipos de práticas de atividades físicas, em grupo ou não, que são impregnados de questões políticas”.

A constatação de que é possível, a partir das inúmeras situações (brigas, trapagens, discussões...) surgidas na realização de jogos, ampliar as reflexões e as análises para outras dimensões da vida também foi mencionada. Para a professora Rita “há política em tudo, dentro de um jogo, na questão de ética, respeito, dá para trabalhar sobre política”. Já o professor Valério, além de citar a questão dos valores presentes na realização dos jogos, lembrou que em algumas datas específicas é possível realizar um trabalho mais centrado na problematização e na discussão de temas. O professor afirmou que usa o espaço de suas aulas para “tentar combater pequenas ‘corrupções’ que acontecem em jogos e brincadeiras. Além de levar, jogos em dias de memória, por exemplo: Consciência Negra, 7 de setembro, 20 de setembro, etc.”.

Para a professora Deise “com toda a certeza. A política está presente em todo o ambiente escolar, inclusive na discussão de alguns temas dentro das aulas de Educação Física precisa do uso da política para esclarecimento”. Para o professor Juca, “as aulas de Educação Física são importantes espaços para discussões dessa temática, pois podem trazer problemáticas do contexto social em que vivemos”.

A discórdia, a desavença, as brigas apareceram ao longo deste texto como argumento para o não interesse pelas questões políticas ou para evitar o trabalho com o tema na escola. Essa é

uma questão importante, pois revela o quanto o conflito é concebido como algo negativo pelos docentes.

Evidentemente, em qualquer espaço de trabalho que conta com grupos de pessoas, a colaboração e o compartilhamento das decisões são fundamentais. A efetivação de qualquer projeto pedagógico escolar precisa contar com essa predisposição coletiva dos integrantes da comunidade. Isso não significa que todos devam pensar e decidir da mesma forma.

Na infância, a escolha de uma brincadeira ou de traje para uma apresentação, na adolescência, a forma de abordar um tema de estudo, podem produzir discussões e divergências entre os estudantes. As diferentes percepções sobre um mesmo tema não devem ser tolhidos ou percebidos como inadequados no espaço escolar.

As diferentes formas de conceber a realidade e a divergência de ideias permite aos estudantes expandir seus argumentos e ampliar sua visão de mundo, pois diante de uma interpretação sobre a realidade diferente da sua, podem revisar conceitos e atitudes. Nesse sentido, é importante identificar no conflito aspectos relevantes para a formação escolar. Aprender a lidar com o conflito é algo essencial à vida em sociedade.

São comportamentos que, ao serem estimulados, criam condições para a formação de sujeitos que não aceitam facilmente explicações simplistas e naturalizadas dos acontecimentos sociais, que percebem não haver verdades absolutas produzidas, por exemplo, pela religião ou pela fé. Aprendem que nas disputas por projetos diferentes de sociedade, os grupos que dominam o mundo impõem à humanidade formas específicas de existência. Aprendem que a realidade é resultado daquilo foi que historicamente construído pela humanidade. Uma formação escolar que aborda o conflito como algo negativo assume uma posição contrária ao questionamento e à crítica, posicionando-se a favor dos projetos que dominam o mundo e continuam acirrando a desigualdade e a injustiça social. (MENDES, 2020, p. 47-48)

Muitos docentes afirmaram haver espaço para a discussão sobre política, porém ponderaram que não o fazem porque a organização dos tempos escolares não permite. É o caso da professora Vera “entendo a necessidade, mas não me sinto preparada. Também temos tão poucos períodos de aula e tantas coisas para serem trabalhadas que penso ser difícil encaixar”. Além da falta de preparo, o volume de conteúdos surge como um empecilho ao trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que a maior parte dos professores não teve, ao longo de sua formação escolar na educação básica e superior, acesso a discussões sobre política. Revelou também que não trabalham com seus alunos temas dessa natureza, por não se sentirem preparados ou por entenderem que não cabe à escola esse tipo de debate. A escassez de experiências ao longo da vida escolar, aliada ao entendimento de que o tema não deva fazer parte do cotidiano de uma instituição de ensino parecem formar uma combinação para a reprodução, com as atuais gerações, da mesma experiência que tiveram.

Os dados indicaram que a maior parte dos professores frequentou a educação básica em escolas públicas, já sob as orientações da atual LDB, ou seja, após 1996. Dessa forma, estiveram em uma escola orientada, legalmente, pelos princípios da gestão democrática. Porém, não há para os professores lembranças de participação em processos de decisão coletiva nas escolas.

Foram raros, da mesma forma, os registros de envolvimento em organizações estudantis, como os grêmios, por exemplo.

A percepção do conflito como algo negativo e a concepção de que “política não se discute” também constituem entraves para o trabalho com o tema na escola. Neste caso, prevalece a ideia de que as escolhas políticas são de foro íntimo e, portanto, não devem ser socializadas e discutidas. Naquele caso, o conflito é percebido como gerador de desavenças e produtor de distanciamentos. Não é tido como impulsionador da formação dos sujeitos, que ampliam argumentos e compreensões da realidade no contato com uma posição diferente da sua.

Entretanto, este estudo também revelou que, mesmo sem trabalhar com o tema, a maior parte dos docentes entende que, na escola, os estudantes devem ter a oportunidade de dialogar sobre política. Aliás, muitos justificaram a dificuldade para conduzir qualquer debate sobre o tema, justamente, por não se sentirem preparados para esse trabalho, dada a escassez de oportunidades da própria formação como estudantes da educação básica e do ensino superior.

O papel político da educação, presente permanentemente na escola, é inerente ao trabalho pedagógico. Está presente na escolha dos conteúdos e dos modelos de avaliação, na organização do tempo e do espaço, na forma como as decisões são tomadas, no tipo de relação estabelecida entre os membros da comunidade escolar. Tudo isso poderá contribuir para a manutenção do *status quo* e, conseqüentemente, da conservação das desigualdades e das injustiças sociais ou poderá fomentar a inconformidade e impulsionar a luta pela transformação dessa realidade.

Quanto menor o interesse pelas questões por políticas, menor o interesse por aquilo que pertence a todos, pelos coletivos, pela coisa pública. Isso cria as condições para que poucos assumam e tomem as decisões sobre aquilo que afeta a todos, sem haver o comprometimento com os interesses mais amplos da sociedade.

Reduzir a desigualdade social e lutar por uma sociedade mais solidária e menos injusta passa pela socialização da riqueza produzida pela humanidade, cujo usufruto é restrito a uma pequena parcela da população. A compreensão de que a desigualdade e de que o privilégio passado de geração em geração não é natural, mas produzido historicamente é um passo fundamental na luta.

THE “POLITICAL” ISSUE IN TRAINING AND TEACHING WORK

ABSTRACT: This study aims to understand what the understanding of politics was built by teachers throughout their school life and their daily work and how this understanding is materialized in pedagogical work. It was carried out with a group of professors who attended, for eighteen months, a postgraduate course, at a specialization level, in a federal public educational institution. The study showed that most teachers did not have access to policy discussions throughout their school education and that they do not work with such students, either because they do not feel prepared or because they understand that this type of school is not up to them.

KEYWORDS: Politics. Formation. Teaching Work. School.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, 23 dez. 1996.

FERNANDES, Florestan. *A formação política e o trabalho do professor*. Marília: Anticapital, 2019.

- FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial na educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GAMBOA, Sívio Sanchez. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2012.
- MENDES, Valdelaine. O interesse pelo estudo da política educacional no processo de formação do professor. *Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 3, p. 1-17, 2018. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/12369>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- MENDES, Valdelaine. As repercussões dos ataques aos princípios democráticos na organização das políticas educacionais, na segunda década do século XXI. Relatório de Pós-Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação, da UFRGS, Porto Alegre, 2020.
- MÉSZAROS, Istvan. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PARO, Vitor. *Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação*. São Paulo: Cortez, 2010.
- PARO, Vitor. *Reprovação escolar: renúncia à educação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- PRADO, Ricardo; OGG, Lisandra. Entrevista: Maria Victoria de Mesquita Benevides: “Não existe nenhuma escola sem partido”. *Revista Veras*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 108-119, julho/dezembro, 2018. DOI: 10.14212/veras.vol8.n2.ano2018.art334